

Estados Unidos: fantasmas de 2008

Nara Roberta Silva

05/07/2024

O ponto de partida do momento atual não é a corrida presidencial que se iniciou há alguns meses nem mesmo a eleição de 2020; ele está, na verdade, um tanto longe: a crise financeira de 2008.



Em cerca de cinco meses, os Estados Unidos elegerão um presidente. O pleito ainda está em aberto, mas, no momento, pode-se dizer que não será um novo presidente. A disputa está entre o atual governante democrata Joe Biden e seu antecessor republicano Donald Trump – um rematch da eleição de 2020. Os dois candidatos são extremamente impopulares, mas cabe sublinhar que, hoje, Trump detém uma pequeníssima liderança em nível nacional e Biden enfrenta problemas na maioria dos chamados swing states, como, por exemplo, Pennsylvania, Wisconsin, Arizona, Nevada, Georgia e Michigan. Combinar resultados satisfatórios nacional e estadualmente é fundamental em uma eleição em que o voto não é obrigatório e que é estruturada em colégios eleitorais de acordo com o sistema de “vencedor leva tudo” – ou seja, o candidato que recebe a maioria dos votos populares em um estado ganha todos os votos eleitorais alocados a este (com exceção de Maine e Nebraska, somente dois dos cinquenta estados que compõem o país).

Uma possível vitória de Trump coloca uma série de perguntas: como explicar a força do famoso empreendedor imobiliário e ex-estrela de reality show, hoje indiscutivelmente a maior figura do Partido Republicano? Por que a imagem de Trump não é abalada, mesmo com uma penca de processos criminais contra ele? O que é o governo Biden e por que ele enfrenta crescentes dificuldades? E o Partido Democrata, tem ele algum papel no que está se passando? Como encarar este rematch – estamos falando da mesma eleição de quatro anos atrás? Quais são as possíveis consequências do pleito, sobretudo para o resto do mundo?

Nenhuma das perguntas acima pode ser respondida, porém, sem antes explorarmos a pergunta central: como viemos parar aqui?

Situando a eleição de 2024

Se quisermos entender a eleição que se aproxima, é preciso situá-la numa linha do tempo mais estendida. O ponto de partida do momento atual não é a corrida presidencial que se iniciou há alguns meses nem mesmo a eleição de 2020; ele está, na verdade, um tanto longe: a crise financeira de 2008 – quando o presidente ainda era o republicano George W. Bush, então a concluir seu segundo mandato. A crise de 2008 não foi tão marcante no Brasil, tanto econômica quanto simbolicamente, mas seu impacto nos Estados Unidos (e em outros países do norte global) é indiscutível. Iniciada com o estouro de uma bolha imobiliária, a crise foi sentida em todos os setores da economia, levando a altos índices de desemprego e vulnerabilidade social. Tanto o governo Bush quanto o governo Obama, então em seu início, estenderam generosos pacotes de ajuda a bancos e corporações enquanto a população foi deixada a ver navios – os índices do mercado financeiro e da economia em geral logo se recuperaram, mas os efeitos da recessão na vida das pessoas perduraram por anos.

Reações contra o socorro a Wall Street e a dissociação entre recuperação do mercado, de um lado, e recuperação de empregos e índices sociais, de outro, foram vistas logo à eclosão da crise, mas, paulatinamente, a insatisfação contra esta ou aquela medida deu espaço a um descontentamento mais profundo, ruindo o próprio consenso em torno da ordem social neoliberal. A crise financeira de 2008 é, assim, um caso de crise econômica que deu espaço a uma crise de legitimidade – uma crise de hegemonia.

Os Estados Unidos são o coração do neoliberalismo, que molda a sociedade norte-americana (e o mundo) há cerca de cinquenta anos. O fim do acordo de Bretton Woods nos anos 1970 elevou o dólar ao status de moeda mundial, resultando não somente em uma mudança das regras das relações econômicas, mas em uma mudança nas próprias relações econômicas, com maior crescimento e maior dominância do capital financeiro sobre a economia do país. Os Estados Unidos mostram que o Estado neoliberal é mínimo tão somente se olhado da perspectiva do bem-estar social – para garantir um ambiente “favorável” ao capital financeiro, a contínua intervenção dos governos é essencial através de legislações, incentivos etc. Embora a prosperidade do capital financeiro seja apresentada como prosperidade coletiva, a produção just in time ensejada com a era neoliberal gerou jornadas de trabalho mais intensas para os estadunidenses só que seus salários ficaram estagnados. Inevitavelmente, a desigualdade socioeconômica cresceu escandalosamente, de modo que uma parcela cada vez maior da população foi consolidando dívidas – sejam elas estudantis, médicas, de cartão de crédito etc. Na sequência da crise de 2008, ao longo dos anos 2010, todo este arranjo foi questionado, em uma escala como não antes vista.

O primeiro sinal de que havia uma contestação clara da ordem social como um todo se deu com o movimento Occupy Wall Street, que veio à luz 2011. O movimento teve início em Nova York, com um acampamento diuturno na região de Wall Street, mas espalhou-se rapidamente para inúmeras cidades do país, repetindo a fórmula da ocupação de espaços públicos como forma de protesto. Questões locais influenciaram, e muito, a dinâmica dos acampamentos, mas, em todos os cantos onde surgiu uma ocupação, o movimento amplificou uma série de indignações que eram consideradas interligadas: todos os problemas do tempo presente eram gerados por um “sistema” que privilegiava poucos às custas de muitos.

Mesmo com todas as polêmicas em torno de escolhas táticas e estratégicas, o movimento Occupy foi um divisor de águas nos Estados Unidos, mudando os termos das conversas – capitalismo, classe, desigualdade etc são agora temas comuns. A contestação continuou com a emergência do movimento Black Lives Matter poucos anos depois, intensificando o deslocamento das ideias e do senso comum. A questão racial não era novidade nos Estados Unidos, mas o Black Lives Matter chama atenção não só porque trouxe milhares às ruas em 2014 e 2015, mas também porque ele desafiou a balela neoliberal de que a sociedade americana havia se tornado “pós-racial”, popularizando a ideia de que o racismo é, na verdade, um aspecto estrutural da mesma, a moldar as instituições e o destino das pessoas. Sendo assim, capitalismo e racismo passam a figurar como explicação do mundo possível justamente no cerne do sistema imperialista.

O cenário marca de forma fundamental a eleição de 2016. O senador independente Bernie Sanders surge como uma candidatura abertamente progressista dentro do Partido Democrata. Adotando várias bandeiras popularizadas nos cinco anos anteriores, a campanha ganha capilaridade – ao contrário das candidaturas tradicionais, Sanders conta somente com financiamento popular, absorvendo parte da rede forjada desde o

Occupy e engajando uma nova leva de ativistas que se dedicam fortemente a torná-lo candidato. Sanders rompe com o silêncio da mídia tradicional, que por meses ignorou seus enormes comícios. Mas quem vai para a cédula, no fim, é Hillary Clinton. A ex-secretária de Estado, de fato, atinge o número de delegados necessários, mas uma série de documentos internos revelou posteriormente que a direção do Partido Democrata ativamente a favoreceu em detrimento de Sanders, minando a campanha deste. Com isso, foram ignoradas críticas ao seu passado na política do país e alertas de funcionários da própria campanha de Clinton de que ela era frágil em muitos estados.

Enquanto isso, o Partido Republicano vivia a maior primária de um partido até então, com dezessete concorrentes e sem nenhum deles como claramente favorito. Nomes tradicionais do partido, como o ex-governador Jeb Bush, e de libertários comumente alinhados aos Republicanos, como o senador Rand Paul, foram aos poucos deixando a corrida, mostrando que a maré “anti-establishment” estava forte. Trump era o único candidato que se colocava contra o “sistema” – consciente ou inconscientemente se alinhando com a conjuntura. Sua campanha bradava contra acordos transnacionais, chamava a atenção para o impacto que a ascensão da China na economia global causava nos Estados Unidos, execrava as políticas de imigração que trazia para o país aqueles e aquelas do “terceiro mundo”, com ênfase particular em latinos e muçulmanos. Ele construía, assim, uma imagem de um país (e de um mundo) que mudara bastante nas últimas décadas, encapsulada no slogan Make America Great Again. O impacto do teor de “crítica” da campanha de Trump foi confirmado quando um número considerável de eleitores migrou suas intenções de voto de Bernie para Trump em seguida à confirmação de Clinton como candidata.

No entanto, aos poucos ficou evidente que Trump e o “sistema” podiam conviver. Enquanto o período das primárias ainda contou com movimentações de certos conservadores que se denominavam Never Trump, na campanha presidencial, o alinhamento em torno do mesmo era claro. E ao longo de seu governo, de 2017 a 2020, Trump implementou medidas centrais do Partido Republicano: corte nos subsídios que amenizavam o preço dos planos de saúde para a população de baixa renda, recrudescimento das regras para perdão de dívidas estudantis, redução dramática da verba para assistência alimentar, enfraquecimento de legislação trabalhista e ambiental, reforma tributária para reduzir impostos e relaxamento de restrições impostas a bancos em função da crise de 2008. O mercado financeiro teve desempenho astronômico nos anos Trump, mostrando que o neoliberalismo foi, na verdade, intensificado.

Com a eleição de Trump, grande parte do setor progressista lançou-se de vez na estratégia institucional através de uma disputa interna do Partido Democrata. Figuras importantes despontaram no cenário nacional, como, por exemplo, a deputada Alexandria Ocasio-Cortez, com o entendimento de que a resistência precisava de ferramentas para além das ruas e de que movimentos precisavam de ganhos concretos – e não somente de “utopias” da era Occupy. Ocasio-Cortez e outros legisladores progressistas em nível nacional, estadual e local colocaram pautas em destaque enquanto havia pressão dos movimentos. Porém, os esperados ganhos concretos não vieram – a esquerda como um todo foi capaz de gerar muito debate em torno de novas propostas, como o Green New Deal, e amplificar a crítica ao governo Trump, mas não conseguiu levar a cabo uma campanha de sucesso ou aprovar um projeto de lei.

Ao início do último ano da administração Trump, a possibilidade de um segundo mandato do republicano era bastante real. Suas taxas de aprovação – relativamente medianas, porém estáveis, ao longo de todo o governo – atingiram seu pico justamente no primeiro semestre de 2020 – mesmo com a pandemia de Covid-19. Foram os protestos contra o assassinato de George Floyd que se desenrolaram na metade daquele ano que mostraram que a vitória de Trump não estava consolidada. Os inúmeros atos em todos os cantos do país promoveram uma crítica profunda do status quo. A emergência da bandeira defund the police, com seu corolário inevitável: abolish the police, colocava em questão, segundo o ponto de vista racial, a espinha dorsal do neoliberalismo. Um sistema que promove tamanha desigualdade, como explicitado ao longo dos anos anteriores, precisa que a violência do Estado se faça mais e mais presente – sobretudo para aqueles e aquelas considerados “excedentes”. Os protestos de 2020 chamaram atenção para o fato de que, há décadas, o orçamento das polícias absorve imensamente mais do que o orçamento de um conjunto de serviços sociais. Em um padrão que se reproduz em todo país, a cidade de Nova York alocou seis bilhões de dólares para o departamento de polícia em 2019 enquanto o departamento de saúde recebeu 1.9 bilhão – não é surpresa o

tanto de mortes pela pandemia, diziam os manifestantes à época.

A esta altura, Joe Biden já era o candidato do Partido Democrata para a disputa presidencial. As primárias daquele ano quebraram o recorde anterior estabelecido pelos Republicanos em 2016 – 29 Democratas inicialmente disputaram a nomeação – e, mais uma vez, a ala majoritária organizou-se para neutralizar a ala progressista. Os concorrentes rapidamente saíram da corrida em apoio a Joe Biden, deixando a disputa entre ele e Sanders, que tentava a nomeação pela segunda vez. Com isso, conseguiram fundir unidade contra Trump à moderação, excluindo discussões sobre programa, políticas etc e passando a imagem de que Sanders e seus apoiadores, permanecendo na disputa, estavam pondo o país em risco. Biden foi então lançado pelo Partido Democrata como o anti-Trump, estruturando sua campanha basicamente nesse apelo.

Com o panorama apresentado, vê-se que, ao longo dos últimos quinze anos, os Estados Unidos vêm se digladiando com a quebra de consenso em torno da ordem social neoliberal. Para cada momento de contestação da ordem social, há duas respostas. Uma delas, representada por Trump e pelo Partido Republicano, tenta reforçar o neoliberalismo e elevá-lo a um novo patamar. A outra, representada pelo Partido Democrata, tenta contornar a contestação sem reconhecer a profundidade da crise. O fato de que Trump pode voltar ao poder indica que a resposta atual, Democrata, não foi efetiva e, portanto, não se encontrou ainda uma saída para a quebra de consenso. Ao mesmo tempo, uma vitória de Biden – ou outro democrata mainstream – dificilmente construirá uma nova legitimidade e encerrará a crise de hegemonia. Cabe agora explicar o porquê.

O Trumpismo como resposta

O apelo de Trump e outros conservadores ao redor do mundo é, muitas vezes, colocado como um reflexo de uma situação de crise – segundo este argumento, eleitores deixam-se levar pela demagogia em função de uma grande frustração ou mesmo desespero com suas condições de vida. O problema de tal argumento está em tratar as consequências da crise como mecânicas e minimizar justamente o aspecto de disputa dos rumos da história. Em uma crise, particularmente uma crise de hegemonia, saídas são propostas. Trump, portanto, não é simplesmente um sinal da existência de uma crise – ele é, como dito anteriormente, uma resposta a ela. É preciso então compreender o que tal resposta articula.

O governo Trump foi, sem dúvidas, um governo elitista que proporcionou ganhos para os mais ricos e avançou políticas que garantem sua dominância econômica. Porém, o movimento criado em torno de tal governo, o trumpismo, se apresenta como um amálgama social – o apoio a Trump estende-se às classes populares e vem adentrando em certos segmentos da população latina e da população negra nos últimos anos. O que o sustenta é o tradicionalismo, particularmente através das ideias de família, nação, religião e moralidade cristãs. Tais ideias desempenham um papel importante, não como instrumentos de engano ou manipulação, mas como elementos que engajam as pessoas. A solução para um país (e um mundo) em turbulência seria reconsiderar aquelas ideias – às quais eleitores e eleitoras podem atribuir inúmeros significados.

Com isso, percebe-se que Trump e o trumpismo resgatam certos traços do projeto neoliberal propostos à sua origem – Ronald Reagan e a New Right, Margareth Thatcher e o thatcherismo e mesmo seus ideólogos dos anos 1940 e 1950, como, por exemplo, Friedrich Hayek. Na América Latina, há mais familiaridade com um certo neoliberalismo, um neoliberalismo já transformado – o Consenso de Washington e a “terceira via” de Bill Clinton e Tony Blair dos anos 1990 que pregavam o multiculturalismo e o cosmopolitismo (certamente previamente esvaziados de quaisquer conteúdos contestatórios). Geralmente, perde-se de vista que o neoliberalismo surgiu propondo-se como um projeto civilizatório, na medida em que o período do pós-guerra, com suas diversas formas de “coletivismo” (por exemplo, socialismo e Estado de bem-estar social), era visto como uma ameaça não só à ordem de mercado, mas também à própria sociedade ocidental. Não é à toa o racismo que permeia as formulações dos ideólogos neoliberais. “Liberal na economia e conservador nos costumes” não é, portanto, uma contradição – esta é a própria essência do neoliberalismo.

Segundo o neoliberalismo raiz, a democracia é um perigo e não um valor a ser respeitado. A participação popular relaciona-se ao “coletivismo”, solapando a ordem “natural” das relações de mercado e das relações sociais. O uso extensivo do Judiciário em nível estadual e federal é visto, então, como essencial para a existência do projeto, revelando o caráter profundamente autoritário do neoliberalismo. Desde os anos 1980, um conjunto de think-tanks conservadores vem trabalhando para influenciar as cortes – suas nomeações e suas decisões – de acordo com uma interpretação “originalista” da Constituição estadunidense. O mais famoso deles é a Federalist Society for Law and Public Policy Studies, largamente responsável por indicar candidatos aos postos do Judiciário em governos republicanos. Dos nove juízes da atual Suprema Corte dos Estados Unidos, pelo menos cinco são membros ou abertamente próximos da organização – Clarence Thomas, Samuel Alito, Brett Kavanaugh, Neil Gorsuch e Amy Coney Barrett. Foi esta corte que reverteu a legalização do aborto nacionalmente, declarou que considerar critérios raciais para admissão em universidades é inconstitucional, posicionou-se a favor da Starbucks em um caso de demissão de um funcionário envolvido em esforços de sindicalização, enfraqueceu agências reguladoras, permitiu que cidades criminalizem a prática de dormir nas ruas, entre outros. Durante os anos Trump, o Judiciário federal – não só a Suprema Corte – foi completamente reformulado, com mais de duzentos juízes federais empossados, justamente para promover o isolamento das decisões sobre os mais diversos assuntos do escrutínio e da intervenção popular.

Se eleito novamente, Trump continuará a trajetória antidemocrática descrita acima. Os processos criminais abertos contra ele não abalaram sua imagem perante eleitores – e ainda geraram um fluxo de doações milionárias para a sua campanha. O próximo passo parece ser a conversão de um poder sem precedentes nas mãos do Executivo, de acordo com a chamada “teoria do Executivo unitário”. Valendo-se de um Poder Executivo formado por cargos “políticos” (e não “públicos”), o presidente poderia, assim, colocar várias atividades sob suas ordens e controlar todas elas mais de perto – Banco Central, procuradoria etc. O caminho para um superpoder do presidente foi aberto com a recente decisão da Suprema Corte que garante imunidade presidencial quando em conduta “oficial” – formulada de maneira ampla, ela efetivamente protegerá quem ocupa (ou ocupou) o cargo de presidente no que tange a uma série de atos e atenuará, ou mesmo anulará, os processos abertos contra Trump.

Sendo assim, é possível afirmar que a crise da democracia é algo necessário, e não acidental ou excepcional, para que o projeto neoliberal evolua – uma resposta para a crise de hegemonia visando restaurar e fortalecer o que foi questionado.

A resposta inadequada de Biden

Conforme dito anteriormente, Biden concorreu em 2020 como o anti-Trump – ou seja, como candidato, Biden procurou enfatizar que ele era o oposto do Republicano. Em meio às consequências dos grandes protestos daquele ano, Biden foi pressionado a considerar demandas mais progressistas relacionadas, por exemplo, à dívida estudantil e à mudança climática. Porém, no geral, sua retórica focava em castigar Trump e seu governo e sinalizar, de forma genérica, rumo a uma unidade nacional.

O primeiro ano da administração Biden, 2021, foi bastante consumido pelo combate à pandemia, mas o que os Democratas propõem de fato como resposta para o momento histórico atual passa a ser mais claramente articulado no segundo ano em diante – Bidenomics.

Bidenomics é a alcunha relativa a um conjunto de políticas a propor uma nova visão econômica, focada em acelerar a transição energética, reposicionar a indústria estadunidense, fortalecer cadeias de fornecimento globais e contrapor o poderio econômico e militar da China. Ela compreende Inflation Reduction Act, Infrastructure Investment and Jobs Act e CHIPS [Creating Helpful Incentives to Produce Semiconductors] and Science Act. Retoricamente, Bidenomics contrapõe-se a Reaganomics, reinserindo trabalho na unidade entre capital e governo e o Estado nas dinâmicas da economia. Muitos veem aqui uma tentativa de resgatar o arranjo vigente entre os anos 1930 e 1960, posto em prática por Franklin Delano Roosevelt e Lyndon B. Johnson, entre outros, com foco em uma melhor distribuição dos ganhos. No entanto, que membros do alto escalão do governo Biden chamem Bidenomics de “novo Consenso de Washington” levanta dúvidas sobre há

uma ruptura de fato com o paradigma neoliberal economicamente fundamentado na predominância do capital financeiro.

Com Bidenomics, tanto Biden quanto seus assessores ressaltam a importância de investimento público na economia, mas é importante esclarecer como tal é concebido. Em nenhum momento, Biden e o setor majoritário do Partido Democrata têm em mente um Estado desenvolvimentista ou “intervencionista”. A ideia da intervenção pública é bastante restrita – ela reduz-se, na verdade, à promoção de incentivos fiscais. Por exemplo, o governo reduziu consideravelmente uma gama de impostos para atrair companhias para o setor de energia limpa, de semicondutores, entre outros – e, assim, influenciar o fluxo de capital e atingir certos objetivos elencados. Similarmente, há atualmente benefícios, em certos setores da economia, para companhias que criem vagas sindicalizadas – em um aceno, logo, para os trabalhadores. Todavia, em nenhum momento foi questionada a crença atual de que capital privado (e não dinheiro público) deve predominar nos setores considerados estratégicos no momento e nem foi levantada a questão da qualidade das vagas de emprego criadas ou uma eventual sanção para companhias que não sigam a sugestão de acolher sindicatos.

Além disso, cabe ressaltar que o governo Biden não propôs um Estado de bem-estar social – ou mesmo sustentou medidas que pudessem apontar nesta direção. Em seu primeiro dia de governo, a administração anunciou o American Rescue Plan – um pacote de 1,9 trilhão de dólares, assinado em lei em março do mesmo ano. O plano visava apoiar indivíduos, comunidades e empresas afetadas pela pandemia e, assim, estimular a economia do país. Ele incluía pagamentos diretos aos cidadãos; benefícios federais de desemprego aprimorados; crédito fiscal infantil; verbas para governos estaduais, locais, tribais e territoriais para compensar perdas de receita; fundos para testes de COVID-19, rastreamento de contatos, distribuição de vacinas e outras medidas de saúde pública; verbas para ensino básico e ensino superior; fundos de alívio para pequenas empresas; financiamento para assistência emergencial ao aluguel, assistência hipotecária e programas de combate à falta de moradia; maior financiamento para programas de assistência alimentar; subsídio de seguro saúde para indivíduos que perderam seus empregos. Dois anos após sua implementação, conforme a política econômica do governo era negociada e ganhava forma, o pacote foi extinguido, deixando milhões de estadunidenses sem nenhum suporte. Efetivamente, o governo Biden tratou o rol de benefícios somente como uma medida anticíclica e não como um compromisso com os cidadãos.

Em sua defesa, o governo e o Partido Democrata argumentam que a Bidenomics e os seus resultados vêm sendo mal apresentados para o público. A narrativa de uma economia em recuperação por parte do presidente e seu time colide frontalmente com a percepção de declínio reportada pelas pessoas comuns. De fato, o desemprego está baixo e o mercado está em alta. Mas, aqui, a sensação é semelhante ao pós-crise de 2008: a economia dos índices macroeconômicos não é a economia do dia a dia da população. Em outras palavras, o problema é mais profundo: será que “bons números” são suficientes? Seriam os “bons números” o que as pessoas querem? Por exemplo, o governo Biden teve uma chance real de causar uma transformação imediata e profunda na vida das estadunidenses através dos programas sociais descritos logo acima. De quebra, havia a chance de ressignificar o papel do Estado na sociedade estadunidense. Com o desmantelamento do American Rescue Plan, a escolha foi servir como uma cópia malfeita de um arranjo do passado e sem coragem de romper, de fato, com a ortodoxia que diz criticar – um sistema que não funciona para a maioria das pessoas.

Mais uma vez, a resposta democrata tenta contornar os sinais de insatisfação profunda – quando a quebra de consenso exige, na verdade, uma resposta ousada e inovadora. É sintomático que a pecha de “velho” tenha pegado em Biden desde a eleição passada e tenha somente se intensificado ao longo de seu governo, através de questionamentos sobre a capacidade física e cognitiva do presidente. Tal pecha nunca afetou Trump ou Sanders na mesma medida – mesmo Sanders sendo mais velho que Biden. Isso indica uma percepção generalizada, mesmo que inconsciente, de que a resposta de Biden nunca esteve à altura do que é necessário neste momento histórico.

O governo Biden encaminha-se para os seus últimos meses em meio a uma instabilidade sem precedentes – seu isolamento só cresce. Para além do ceticismo em relação a Bidenomics ao longo de todo o espectro político, sua política de imigração e sua política externa, sobretudo os eventos relacionados à Guerra na

Palestina, geraram uma fratura sensível com parcela do setor progressista que contribuiu para eleger o Democrata. A crítica torna-se ainda mais amarga quando se lembra que a candidatura de Biden em 2020 era posta como uma transição – grande parte do apoio do setor progressista deu-se com base no entendimento de que Biden governaria por 4 anos, dando espaço a um novo nome no Partido Democrata e, potencialmente, novas ideias. A decisão de disputar um segundo mandato sem um processo real de prévias deve ser vista como uma tentativa do establishment de controlar suas próprias fileiras – o Partido Democrata sabe que, com primárias internas, inevitavelmente teria que se confrontar com uma ala mais “radical”. A performance desastrosa de Biden no primeiro debate com Trump expõe um partido que prefere arriscar o resultado da eleição a se abrir para e promover mudanças.

Portanto, a continuidade da crise de hegemonia deve-se em grande medida à maneira como o Partido Democrata se comporta. Com ela, continua o crescimento da direita – e Trump como uma possibilidade real para os próximos 4 anos, pelo menos. Ainda não se pode dizer quando encontraremos uma resposta que esteja à altura do momento histórico e que possa efetivamente enfrentar e resolver a quebra de consenso que define a nossa era.

Nova Iorque, 4 de julho de 2024.

Nara Roberta Silva é professora no Brooklyn Institute for Social Research. Participou recentemente do Painel sobre Estados Unidos organizado pelo Centro de Análise da Sociedade Brasileira (CASB).

Via [Teoria e Debate](#).

Compartilhe nas redes: